

MOÇÃO

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O XVIII Congresso da ANAFRE, reunido nos dias 11, 12 e 13 de março em Braga, decide tomar a seguinte posição relativamente à defesa dos serviços públicos, contra encerramentos e exigindo reposições e melhorias para uma melhor resposta às populações e pela defesa de um Serviço Nacional de Saúde reforçado.

Faz (hoje, dia 13 de março) dois anos que o País teve de “fechar” por causa de uma pandemia, que teimou e ainda teima em não dar tréguas e que fez várias vítimas mortais. Hoje, já com algumas das medidas aliviadas e passados dois longos anos, onde as restrições foram a palavra de ordem, verificou-se que apesar de algumas falhas foi o Serviço Nacional de Saúde que prestou o socorro e assistência ao país de modo impreterível. E apesar de todas as hesitações, por vezes com alguma descoordenação inicial, de alguns erros de gestão e das insuficiências de uma estrutura de Saúde Pública fragilizada ao longo dos anos com a saída de profissionais altamente qualificados e competentes para os grupos privados e para a emigração e, de uma linha Saúde 24 privatizada, que nas primeiras semanas falhou no atendimento a milhares de pessoas – afirmamos que o SNS respondeu positivamente ao que lhe tem vindo a ser exigido e por isso viu o seu prestígio reforçado, cá dentro e no plano internacional. No entanto, e lamentavelmente ainda não suficientemente reconhecido nas prioridades do Governo enquanto investimento necessário e urgente.

É indiscutível que o acesso aos serviços públicos e a sua universalidade, conquistas alcançadas com o 25 de Abril de 1974, originou uma melhor qualidade de vida da população, numa lógica de proximidade e de facilitação no acesso aos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

As freguesias, estejam elas situadas nas grandes cidades, no litoral, ou no vasto território do interior, debatem-se com situações e problemas para os quais não estão preparadas e que não têm enquadramento nas suas competências diretas. Mas, é nas Juntas de Freguesia que as populações encontram o apoio que necessitam mesmo naquelas que foram extintas, as atuais União de Freguesias, que não deixaram e não deixam que as suas populações fiquem isoladas e sem as respostas adequadas aos seus problemas. Foi exemplo disso a pandemia que nos afetou e que as Juntas de Freguesias foram o apoio imprescindível das suas populações.

Não esqueçamos que ao longo dos últimos anos foram extintos vários serviços públicos que eram fundamentais e essenciais em tantas localidades. Estas localidades ficaram mais pobres!

O desaparecimento de muitas das escolas do ensino básico, de estações ou delegações de correios (CTTs), de postos da GNR, de extensões e postos de saúde e até de Serviços de Apoio Permanente (que funcionavam 24h), a inexistência de transportes públicos, situação gritante em muitas localidades, nomeadamente denotada em muitos casos pelo desinvestimento na ferrovia e também a extinção de centenas de Juntas de Freguesia numa imposição por parte do Poder Central sem pensar na defesa dos interesses das populações, continuam a tornar a vida de milhares de pessoas num verdadeiro drama quotidiano.

Na génese desta situação estão opções políticas erradas tomadas ao longo de vários anos, que têm colocado em causa a necessária igualdade e justiça no serviço às populações, a qualidade dos serviços públicos e a motivação dos seus trabalhadores.

Assim, considerando que:

- O direito aos cuidados de saúde, à educação, à cultura, à justiça, à segurança, à água pública, entre outros, assiste a todo e qualquer cidadão e que é uma obrigação do estado garantir os serviços adequados em todas estas áreas;
- O desenraizamento precoce das crianças e jovens das suas localidades;
- A perda de atratividade e fixação das populações, contribuindo para o êxodo das mesmas;
- A insegurança das populações, bem como o seu isolamento e desigualdade;
- As injustas remunerações e sobrecarga dos trabalhadores da função pública, levando-os ao desgaste diário, colocando em causa o seu desempenho profissional;
- A falta de meios humanos ou a falta de condições dos equipamentos não pode justificar o continuado encerramento dos serviços públicos, sendo que a solução passa por investir e reforçar os meios humanos e materiais para que todos os portugueses tenham acesso aos serviços públicos, com qualidade e eficiência.

O XVIII Congresso da ANAFRE delibera manifestar:

- A sua grande preocupação e exigência de medidas que travem as políticas de extinção ou privatização de serviços públicos;
- A necessidade de encetar o processo político administrativo para repor os serviços públicos essenciais à população, nomeadamente na área da saúde, educação, transportes públicos e reposição de freguesias extintas;
- A contratação de recursos humanos necessários e revisão das tabelas salariais e carreiras, para o bom funcionamento dos serviços públicos que respondam às efetivas necessidades da população;
- A exigência ao Ministério da Saúde em reforçar o número de médicos e profissionais de saúde de forma a colmatar as carências prementes de forma a recuperar progressivamente os atos médicos que ficaram em suspenso ou adiados.
- Manifestar total solidariedade com a luta das populações bem como das suas justas reivindicações.

Os Delegados ao Congresso

| NOME | ORGÃO | FREGUESIA/CONCELHO |
|----------------------------------|--|------------------------------------|
| Fátima Lúcia Freitas de Jesus | Junta de Freguesia Ass. de Freguesias | União Freg. Grândola e Stª Marjota |
| Bruno A.M. Mateus | Junta de Freguesia | FREGUESIA DE REQUINIA |
| António Paulino Gonçalves | Junta de Freg. Melides | Melides |
| Mirabela Silva | UFASS | Alcácer do Sal |
| Susana Ribeiro | UFASS | Alcácer do Sal |
| Maria José Coelho Martins | Junta Freguesia | Comporta |

Moção - Em defesa dos Serviços Públicos

| TOMAS ALEXANDRE | JUNTA DE FREGUESIA | COMBOTA |
|--------------------------------|----------------------|--|
| SÉRGIO SANTANA | Junta Freguesia | Concelho de Alentejo |
| Carmen Pereira | Assembleia Freguesia | União de Freguesias S. Domingos V. Aiguia |
| Carolina Gonçalves | Junta de Freguesia | U.F. S. Domingos V. Aiguia |
| David Gonçalves | Junta de Freguesia | Santo André |
| Barão Pacheco | Assembleia Freguesia | Santo André |
| Helena Rodrigo | Junta Freguesia | Adela |
| Carlos Manuel G. Martins | Assembleia Freguesia | Abela |
| Isabel Luísa Coutinho | Junta de Freguesia | U.F. Santiago do Bém, Santa Cruz e S. B. S. |
| Luís Filipe Figueira Gonçalves | Assembleia Freguesia | U.F. Santiago do Bém, Santa Cruz e S. B. S. |
| Elisabete P. G. F. Pereira | Assembleia Freguesia | Fimidas Sado |
| Paulo José Cruz Xavier | Junta Freguesia | União - S. A. D. |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |